



Organização
Pan-Americana
da Saúde



Organização
Mundial da Saúde
ESCRITÓRIO REGIONAL PARA AS Américas

53º CONSELHO DIRETOR

66ª SESSÃO DO COMITÊ REGIONAL DA OMS PARA AS AMÉRICAS

Washington, D.C., EUA, 29 de setembro a 3 de outubro de 2014

CD53/DIV/2
Original: espanhol

**DISCURSO DE ABERTURA DO PRESIDENTE CESSANTE DO
CONSELHO DIRETOR DA OPAS, PROFA. CARINA VANCE MAFLA
MINISTRA DE SAÚDE PÚBLICA DO EQUADOR**

**DISCURSO DE ABERTURA DO PRESIDENTE CESSANTE DO
CONSELHO DIRETOR DA OPAS, PROFA. CARINA VANCE MAFLA
MINISTRA DE SAÚDE PÚBLICA DO EQUADOR**

**29 de setembro de 2014
Washington, D.C.**

**53º Conselho Diretor da OPAS
66ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas**

Senhores Ministros e Ministras, e Secretárias de Estado,
Delegados dos Estados Membros,
Senhor Diretor Geral Adjunto da Organização Mundial da Saúde,
Senhora Diretora da Organização Pan-Americana da Saúde,
Representantes dos órgãos convidados,
Companheiras e companheiros:

Em nome do povo equatoriano e do Governo da Revolução Cidadã, liderada pelo Presidente Rafael Correa, permitam-me expressar uma fraterna e calorosa saudação a todos os presentes.

Gostaria de agradecer a todos e todas por terem confiado ao Equador a Presidência do Quinquagésimo Segundo Conselho Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde.

Este tem sido um ano de importantes acontecimentos para a saúde pública no mundo.

Atualmente, estamos presenciando o surgimento da epidemia de Chikungunya, que tem tido repercussão considerável no Caribe, na América Central e, agora, na América do Sul. Apesar dos avanços na vigilância epidemiológica e nos sistemas de controle, esta epidemia é um dos problemas sanitários mais consideráveis em nossa região, o que coloca em evidência nosso desafio para trabalhar e influenciar os determinantes sociais, com foco na promoção de entornos mais saudáveis.

Causa ainda maior de preocupação é a atual emergência de saúde pública que enfrentamos pelo surto epidêmico da doença do vírus Ebola... uma epidemia se precedentes que oferece grandes riscos por sua magnitude, gravidade e complexidade. O vírus Ebola vem colocando em evidência nossas vulnerabilidades e a importância de desenvolver planos de resposta e mitigação para esta e outras ameaças.

Estamos trabalhando em coordenação com a OPAS/OMS para implementar apoios concretos para ajudar na contenção desta epidemia.

No entanto, sabemos que, como países e como região, estamos caminhando na direção correta.

No dia 22 de setembro de 2014, há uma semana, a OMS reconheceu o Equador como país livre de oncocercose.

O Equador é o segundo país do mundo a eliminá-la, depois da Colômbia. No entanto, esta conquista, para toda a Região das Américas, reflete o trabalho sobre os determinantes sociais da saúde, bem como a abordagem integral da saúde, com a participação ativa das comunidades.

Para o Equador, e para a região, a erradicação da oncocercose é um passo a mais para a redução da pobreza e um aumento substancial na qualidade de vida de nossos cidadãos. O Equador reafirma seu compromisso de continuar lutando para a erradicação das chamadas *doenças da pobreza* para alcançar o bem viver.

As doenças transmissíveis representam um enorme desafio para a saúde pública no âmbito continental e mundial. No entanto, hoje enfrentamos também a epidemia de doenças crônicas não transmissíveis, que matam milhões de pessoas todos os anos, e também requerem medidas enérgicas.

A epidemia do sobrepeso e da obesidade alcança todos os cantos do nosso continente. Precisamos frear a penetração dos alimentos processados e ultraprocessados, que têm pouquíssimo valor nutricional e, em muitos casos, são tóxicos nas grandes quantidades em que são consumidos. Devemos avançar no fortalecimento da função gestora das autoridades sanitárias e no desenvolvimento de normas para garantir o direito à saúde de nossas populações.

No dia 29 de agosto de ano, entrou em vigência no Equador o regulamento de rotulagem de alimentos processados para consumo humano. Através de um sistema de semáforos, estamos alertando a população sobre os altos teores de sal, açúcar e gorduras nos alimentos.

Já tivemos resultados: 20% das grandes e médias empresas reduziram o teor destes componentes em pelo menos um produto.

O Equador está trabalhando também em propostas de novos impostos para produtos nocivos. O consumo deste tipo de produto ocasiona altos custos em atenção às doenças passíveis de prevenção para nossos países, e este tipo de intervenção, juntamente com outras políticas regulatórias, já demonstrou possuir impacto significativo na saúde da população.

Fazemos isto no contexto de políticas mais amplas, que incluem:

- a restrição de alimentos ricos em gordura, sal e açúcar em cantinas escolares;
- o apoio à agricultura familiar;
- a promoção do esporte e da atividade física.

Apesar de tudo, a batalha contra as doenças crônicas não transmissíveis requer uma ação em conjunto. Precisamos de uma aliança regional que as impulse. Por isso, o Plano de Ação para a Prevenção da Obesidade na Infância e na Adolescência constitui um avanço imprescindível para a Região. Temos de continuar desenvolvendo elementos chave de política e regulamentação para lutar contra a obesidade. Temos de trabalhar a partir da intersetorialidade, envolvendo outros atores, tais como: Educação, Habitação, Esporte, Agricultura, Finanças e Produção, para a implementação efetiva do enfoque da saúde em todas as políticas. Temos de gerar alianças regionais e mundiais para a proteção do direito à saúde de nossos cidadãos e cidadãs.

Justamente para garantir o direito à saúde, sabemos que não basta ter estabelecimentos de saúde, equipamentos e recursos humanos. Precisamos trabalhar com um enfoque de prevenção e promoção da saúde.

Sem dúvida, estamos enfrentando novos desafios em matéria de saúde pública, que nos desafiam a buscar caminhos inovadores para a construção de sociedades solidárias e equitativas. Ao lutarmos pelo acesso e cobertura universal em saúde, temos a oportunidade de construir uma Região com valores de inclusão e participação social que contribuam para a redução das desigualdades e da injustiça social. Sem o direito à saúde como eixo transversal de nossas políticas, não podemos falar de acesso e cobertura universal.

Todas nossas ações devem ser baseadas no princípio de que a saúde é um direito necessário para a realização de outros direitos. Na busca pelo “Bem Viver” ou *Sumak Kawsay*, a saúde é princípio e fim.

Obrigada.
